

## A montagem de um quebra-cabeças incompleto: arquivos e o DOI-Codi/SP

Deborah Neves

Pierre Nora (1993) é autor do já clássico texto “Entre a memória e a história: a problemática dos lugares”, como reflexão sobre o bicentenário da Revolução Francesa e o aspecto da aceleração do tempo numa sociedade que valoriza mais o futuro do que o passado. Nele, Nora aponta que essa perspectiva que ameaça o passado e a própria História, defende que é necessário “criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais” (NORA, 1993, p.7). A defesa destes “lugares de memória” é uma demanda de segmentos da sociedade, em particular dos grupos minoritários, em função do risco de desaparecimento de pessoas, de comunidades, de costumes, identidades e, portanto, da própria História.

Os lugares de memória, segundo o autor, são como “restos”, “testemunhas de uma outra era”, ao passo que a memória arquivística se apoia no material, no vestígio, no registro, na imagem. Quanto menos interiorizada e incorporada é uma História, mais ela precisa de suportes externos e referências tangíveis que atestem a sua existência (NORA, 1993, p.8). O que proponho neste texto é dialogar com o leitor para provocar a reflexão sobre os inseparáveis aspectos tangível e intangível que persiste nas histórias entrecruzadas acerca do antigo DOI-Codi em São Paulo.

### O presente do passado

Numa tarde de domingo de abril de 2016, o nome Carlos Alberto Brilhante Ustra ressoou no plenário da Câmara dos Deputados, quando o então Deputado Federal Jair Bolsonaro dedicou a ele seu voto favorável à abertura de processo de impeachment contra a Presidente Dilma Rousseff. Ustra foi o comandante do Destacamento de Operações de Informações – DOI – do Exército em São Paulo entre setembro de 1970 e janeiro de 1974, período em que o projeto Brasil Nunca Mais, cujo acervo está no Arquivo Edgard Leuenroth da Unicamp, registra a maior quantidade de casos de prisões, torturas, mortes e desaparecimentos ocorridos no órgão e denunciado por sobreviventes à Justiça Militar.

O DOI-Codi foi um órgão criado pelo Exército em setembro de 1970 com o objetivo de “neutralizar” qualquer foco de resistência à ditadura, armada ou não. Decorre da Operação Bandeirante, uma ação clandestina formada por policiais civis, militares, oficiais do Exército a partir de um acordo entre o Comando do Exército e a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo em 1969. Sua criação formal na estrutura do Exército em 1970 o levou a outras oito cidades brasileiras e gravou no imaginário a sigla que foi a mais atroz da ditadura civil-militar do Brasil. Atuou oficialmente até 1982, quando foi extinto,

<sup>1</sup> Pesquisadora de pós-Doutorado da Unifesp com bolsa Fapesp. Doutora em História (Unicamp), mestre e graduada em História (USP), é coordenadora do GT Memorial DOI-Codi e autora da dissertação e do livro “A persistência do passado: patrimônio e memoriais da ditadura em São Paulo e Buenos Aires” (Alameda, 2018). Contato: deborah.neves@unifesp.br.

mas continuou operando como um órgão menor de inteligência até 1991 – em período já democrático. Em São Paulo, esteve instalado nas dependências da 36ª Delegacia de Polícia, na Rua Tutoia, e no terreno que se estendia até a Rua Tomás de Carvalho.

Mesmo tendo funcionado por 13 anos, pouco se sabe sobre sua operação. A produção documental, feita pela Seção de Informação e Análise do DOI-Codi, tem status incerto. Sabe-se que competia a ela a análise de informações obtidas em interrogatórios e em apreensões, organizar, atualizar, manter um Arquivo Geral contendo o fichário e o dossiê de cada pessoa investigada, com realização de identificação datiloscópica e fotográfica dos presos, além de confeccionar, atualizar e manter os álbuns fotográficos de presos e procurados. No entanto, ainda não se sabe o paradeiro dessas informações.

O acesso à informação produzida por órgãos das Forças Armadas durante o período da ditadura é certamente limitado em função da indisponibilidade de documentos, seja em função de a corporação afirmar que nada mais há a ser apresentado para acesso além daquilo já depositado no Arquivo Nacional<sup>2</sup> – informação não atestada por outra instituição além das próprias Forças Armadas –, seja porque muitos documentos foram subtraídos por oficiais ao longo dos anos<sup>3</sup>.

As informações sobre o órgão estão fragmentadas em diversos acervos e suportes – nem sempre óbvios, como é o caso dos documentos presentes no acervo da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo (PGE), que explicam o processo de cessão do terreno das Ruas Tutoia e Tomas de Carvalho entre o Estado de São Paulo e o Comando do Exército. Já a documentação produzida pelo DOI-Codi em São Paulo encontra-se parcialmente no acervo do Deops, sob a guarda do Arquivo do Estado; isso porque, após o sequestro pelo órgão do Exército, pessoas investigadas eram interrogadas e, em caso de indícios de participação em alguma atividade considerada “subversiva”, conduzidas à Delegacia de Ordem Política para prosseguimento do indiciamento legal. Com elas, documentos produzidos pelo DOI-Codi eram remetidos e arquivados pelo Deops. A série mais robusta relativa ao órgão está classificada no acervo Deops sob o número 50-Z-9, graças ao trabalho realizado no Projeto Integrado USP - Arquivo do Estado (PROIN), que possibilitou a organização e microfilmagem de 1,5 milhão de fichas e 163 mil pastas, sob coordenação da Prof<sup>a</sup>. Maria Luiza Tucci Carneiro e financiado pela Fapesp (99/09216-7). Mas ainda há ao menos outras 28 pastas que possuem documentos avulsos que carecem de organização como parte de um “acervo DOI-Codi”.

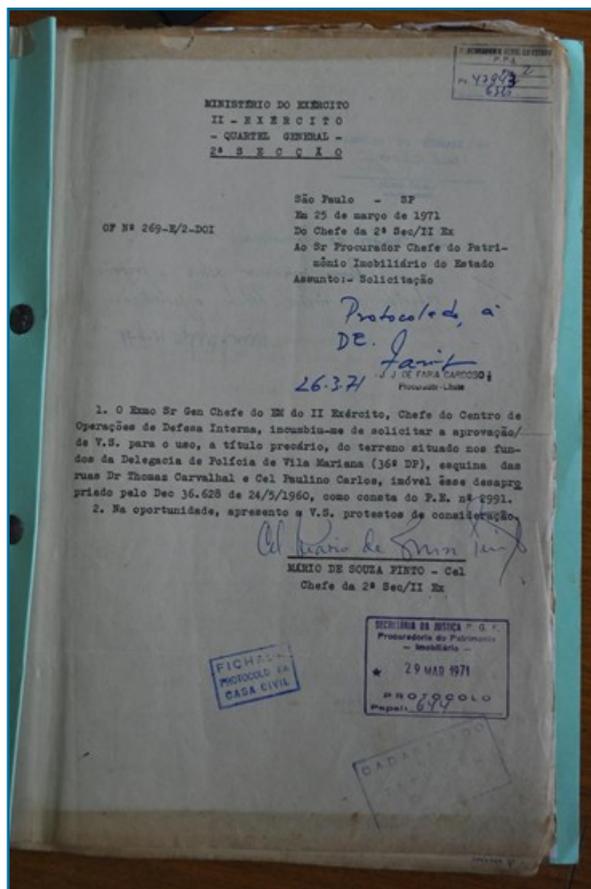
Já para entender a importância do prédio no âmbito do estudo de tombamento (2012-2013), foram consultados documentos do Cartório de Registro de Imóveis e publicações no Diário Oficial, que permitiram a compreensão do histórico do terreno. Segundo informações do 1º Cartório de Registros de Imóveis da Capital, o terreno é fruto da desapropriação de três lotes a partir do Decreto 36.628/1960, para “a instalação da Delegacia de Polícia de Vila Mariana”, inserido no Plano de Ação do Governo do Estado (PAGE), durante o governo de Carvalho Pinto. Com tais informações, foram empreendidas buscas no arquivo de projetos de construção da Prefeitura de São Paulo – conhecido como Arquivo da Rua da Balsa – para identificação de plantas de construção, mas nada foi localizado. No processo da PGE, não constavam plantas da construção original tampouco o projeto das construções feitas posteriormente pelo Exército.

---

<sup>2</sup>BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. As atividades da CNV. In: *Relatório*, v. 1. Brasília: CNV, 2014, p. 63-64, p. 963.

<sup>3</sup>É o caso do Coronel Júlio Miguel Molina Dias, ex-chefe do DOI-Codi I Exército, assassinado em uma tentativa de assalto em 01/11/2012. Quando da investigação do crime, policiais localizaram em sua casa documentos relativos à atividade do DOI-Codi do Rio de Janeiro, trazendo elementos que provam a tortura sofrida por Rubens Paiva nas dependências do órgão antes de seu desaparecimento, bem como documentos relativos ao atentado ao Riocentro em 1981.

<sup>4</sup>PROIN. Projeto Integrado Arquivo Público do Estado e Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.usp.br/proin/proin/sobre.php>, acesso em: 08 fev. 2023. Deste trabalho resultaram a publicação da coleção de livros *Inventários Deops*, o site Memória Política e Resistência (<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoriapolitica>), e parte do material que gerou o Memorial da Resistência de São Paulo, por exemplo.



**Imagem 1** - Imagem do Ofício do Ministério do Exército requerendo a cessão de uso da área da 36ª Delegacia, na Rua Tutoia, em São Paulo. Fonte: Processo PPI 47943/71. Foto: Deborah Neves

O uso do recurso de fotografias aéreas foi necessário porque tampouco a Polícia Civil as possuía, cedendo as plantas de reforma elaboradas no ano de 2000. Foram utilizados mapeamentos aéreos das décadas de 1930, 1950 e aerofotografias de 1958, 1962, 1968, 1973 e 1977. O cruzamento das informações dessas fotografias em associação àquelas constantes no processo da PGE e no livro de memórias de Carlos Alberto Brilhante Ustra permitem concluir que os edifícios construídos pelo DOI-Codi foram executados entre 1972 e 1973.



**Imagem 2** - Imagem aérea da 36ª e dos prédios do DOI-Codi. Foto: BASE S.A. 1:8.000, Foto 5488, OBRA-204, fev. 1973



patrimônio cultural, conduzido por Neves (2013); a jornalística, feita por Percival de Souza (2000) e Marcelo Godoy (2015); a da história oral, liderada por Neves a partir de 2021; e a arqueológica, realizada por Caroline Lemos (2019) e Andres Zarankin, Claudia Plens, Aline Carvalho e Fernanda Luiza Lima (2023).

Trata-se de um grande quebra-cabeças cujas peças originais estão sendo encontradas, enquanto muitas faltantes estão sendo reconstruídas. Todas elas comporão o acervo do futuro Memorial DOI-Codi, uma batalha do Ponto de Memória GT Memorial DOI-Codi, criado em 2018 a partir da reunião de entidades da sociedade civil e ex-presos, universidades e órgãos de Estado<sup>5</sup>. A batalha por essa instalação tem sido árdua em razão da recusa do Governo do Estado em aceitar essa tarefa, ainda que haja uma ação judicial em curso. Enquanto o memorial físico não é instalado, os trabalhos de pesquisa persistem com uma equipe cada vez maior de investigadores de diversos campos – história, arqueologia, arquitetura, design, tecnologia da informação – e os resultados serão disponibilizados pelo Memorial Virtual DOI-Codi. Além dos documentos reunidos num único espaço, as pesquisas estão criando informações sistematizadas por meio de um banco de dados relacional, que representará graficamente os mais diversos dados sobre o órgão: os agentes do DOI-Codi, suas funções, força de origem, setor de atuação; perfil das pessoas presas pelo órgão, com idade, gênero, profissão, etnia, local de nascimento, razões da prisão; correlação entre os testemunhos e os materiais encontrados pela arqueologia; localização de outros lugares de memória e a produção de rotas de memória. Serão também disponibilizados os vídeos contendo testemunhos, jornais, revistas, fotografias, mapas, plantas, visita em 3D, visita em vídeo, conteúdo pedagógico, e a realização de curadorias permanentes, realizadas por artistas e pesquisadores que desejem colaborar com o trabalho.



**Imagem 4** - Prédio de Interrogatório, durante as pesquisas de arqueologia. Foto: Deborah Neves, 2023

---

<sup>5</sup>[Núcleo de Preservação da Memória Política; Instituto Vladimir Herzog; Núcleo de Direitos Humanos da OAB/SP; Comitê Paulista Memória Verdade e Justiça; Conselho Internacional de Museus (ICOM); Conselho Internacional de Sítios e Monumentos Históricos, São Paulo (Icomos-SP)]; das universidades [Laboratório de Arqueologia Pública da Universidade Estadual de Campinas; Laboratório de Estudos Arqueológicos da Universidade Federal de São Paulo; Centro de Arqueologia e Antropologia Forense da Universidade Federal de São Paulo; Laboratório de Estudos Antárticos em Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo; Universidade Estadual de Santa Catarina]. Como órgãos públicos, o Memorial da Resistência e os Ministérios Públicos Estadual e Federal, estes dois últimos na qualidade de consultores. Para mais informações, ver: Neves, Deborah (2024). Do tombamento ao memorial: construindo uma prática coletiva de preservação de lugares de memória no antigo DOI-Codi II Exército, São Paulo, *In: QUADRAT, Samantha (org.). 60 anos do golpe: história, memória e novas abordagens da ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2024.

## Considerações finais

Os arquivos têm por objetivo a guarda das memórias, mas eles não a produzem. Esta é uma tarefa humana, que requer método, objetivo e empenho. Uma das lições que o trabalho sobre o DOI-Codi deixa é a importância de pensar sistemicamente e buscar informações onde não é óbvio. Essas informações reunidas começam a ter coesão quando perguntas são feitas aos arquivos, e cada uma delas compõe uma peça de um imenso quebra-cabeças.

As histórias traumáticas da sociedade brasileira estão sendo construídas ao longo de décadas pela atuação de pessoas e grupos que não querem deixá-las serem varridas do conhecimento. A grande repercussão do filme “Ainda estou aqui” e as revelações de uma nova tentativa de golpe coordenada por militares em 2023 expõem que a Ditadura civil-militar, que durou de 1964 a 1985, é um passado presente. Para prospectar um futuro diferente, o conhecimento é uma ferramenta fundamental. Nesse sentido é que o GT Memorial DOI-Codi tem se empenhado em contribuir para o debate público e a defesa da criação de um museu que permita a qualquer pessoa acessar esse conhecimento e construir sua percepção a partir do que é tangível, mas também do intangível.

---

## Referências bibliográficas:

FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar*. espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GODOY, Marcelo. *A casa da vovó: uma biografia do DOI-Codi (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar*. histórias, documentos e depoimentos inéditos dos agentes do regime. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2015.

JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. São Paulo: Edusp, 2012.

LEMONS, Caroline Murta. *Arquitetando o terror: um estudo sensorial dos centros de detenção oficiais e clandestinos da Ditadura Civil-Militar no Brasil*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2019.

NEVES, Deborah. Parecer Técnico UPPH nº GEI-256-2012. *In: CONDEPHAAT. Processo 66578/2012: Pedido de Tombamento do Edifício onde funcionou o Doi-Codi-II Exército na 36ª Delegacia de Polícia, Rua Tutoia, 921, Paraíso, Capital. São Paulo, 2013. v. 3, p.391-538.*

NEVES, Deborah. Do tombamento ao memorial: construindo uma prática coletiva de preservação de lugares de memória no antigo Doi-Codi II Exército, São Paulo. *In: QUADRAT, Samantha (org.). 60 anos do golpe: história, memória e novas abordagens da ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2024.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 10 dez. 2024.

PEREIRA, Freddie Perdigão. *O Destacamento de Operações de Informações (DOI) no EB – Histórico papel no combate à subversão: situação atual e perspectivas*. S. l.: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 1978.

---

SÃO PAULO (Estado). Procuradoria do Patrimônio Imobiliário. *Processo 47.943/71*: Concessão de uso a título precário Rua Thomaz de Carvalho, Vila Mariana, São Paulo.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo. Resolução SC nº 25, de 12 de maio de 2014. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, 2014. Disponível em: <https://www.imprensaoficial.com.br/>. Acesso em: 02 dez. 2024.

SOUZA, Percival de. *Autópsia do medo*: vida e morte do Delegado Sergio Paranhos Fleury. São Paulo: Globo, 2000.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o silêncio*: Oban, Doi-Codi, 29 set. 1970 - 23 jan. 1974. Brasília: Editeria Editorial, 1987.

<b>Texto:</b>	Deborah Neves é pesquisadora de pós-Doutorado da Unifesp com bolsa Fapesp. Doutora em História (Unicamp), mestre e graduada em História (USP), é coordenadora do GT Memorial DOI-Codi e autora da dissertação e do livro "A persistência do passado: patrimônio e memoriais da ditadura em São Paulo e Buenos Aires" (Alameda, 2018). Contato: <a href="mailto:deborah.neves@unifesp.br">deborah.neves@unifesp.br</a>
<b>Imagem 1:</b>	Fonte: Processo PPI 47943/71. Foto: Deborah Neves
<b>Imagem 2:</b>	BASE S.A. 1:8.000, Foto 5488, OBRA-204, fev. 1973
<b>Imagem 3:</b>	Fonte: Acervo CPOS - Arquivo do Estado de São Paulo. Foto: Deborah Neves, 2021
<b>Imagem 4:</b>	Deborah Neves, 2023
<b>Diagramação:</b>	Vinicius Fagundes

## Informe de eliminação e recolhimento de documentos

### Lista de Eliminação de documentos 01/2024

FFCLRP, publicada no D.O.E. em 21 de novembro de 2024

Eliminados 0,73 metros lineares de documentos

HU, publicada no D.O.E. em 18 de novembro de 2024

Eliminados 17,00 metros lineares de documentos

### Lista de Eliminação de documentos 02/2024

FFCLRP, publicada no D.O.E. em 21 de novembro de 2024

Eliminados 0,13 metros lineares de documentos

No total foram eliminados 17,86 metros lineares de documentos entre os meses de novembro e dezembro de 2024.